

Prefácio

Rodrigo Rabello

Como citar: RABELLO, Rodrigo. Prefácio. *In*: ALMEIDA, Carlos Cândido de; VITTI-RODRIGUES, Mariana (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação:** ciência da informação, ética e linguagem. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 9-20. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p9-20>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

*...exemplares de uma
“virada social e pragmática”
da ciência da informação*

A compreensão de algo em movimento e transformação é sempre um desafio. A realidade, conforme a alegoria de Heráclito, assemelha-se a um rio que se modifica a cada instante. Se, na compreensão da natureza, o movimento é incontestável e dado, quanto mais o será naquilo que se costuma denominar produto ou fabricação social. É nesse contexto que se insere a informação e os campos do saber que buscam compreendê-la, controlá-la e manipulá-la.

A informação – quando concebida como produto de um processo cognitivo e/ou social – encerra, em parte de sua etimologia e concepção, um desafio de caráter interpretativo. Embora todos os campos do saber lidem com a informação, convivam com ela e a apreendam de maneiras distintas, alguns a assumem como objeto central de investigação. A esses campos incumbe, entre outros desafios, a difícil tarefa de compreendê-la e dominá-la conceitual e tecnicamente, de modo que sua aplicação seja significativa e efetiva.

<https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p9-20>

Esse é o caso da ciência da informação e dos seus desafios, diante da necessidade de mobilizar conhecimentos e saberes de diferentes perspectivas – cada qual com sua contribuição – para o estudo da informação. O presente livro – Estudos pluridisciplinares da informação: ciência da informação, ética e linguagem –, organizado por Carlos Cândido de Almeida e Mariana Vitti-Rodrigues, apresenta alguns caminhos e um necessário mosaico de possibilidades interpretativas, evidenciando o quão escorregadia pode ser a compreensão desse objeto.

A apreensão da complexidade da informação também é processual, transitando de uma fase “da arte” para fases “humanista” e “cientificista”. Poder-se-ia dizer que ainda vivenciamos variações dessas últimas, embora com o acréscimo de novas camadas e mediações, as quais, se por um lado permitem compreender as potencialidades e as limitações de perspectivas mais estáticas e com pretensões de totalidade – em uma palavra, tradicionais – no que diz respeito às possibilidades de compreensão, controle e manipulação da informação, por outro lado, permitem explicitar sua complexidade.

O que, na modernidade, se convencionou chamar de controle da informação possui raízes remotas, mantendo a relação fundamental entre suporte (bíblos) e conteúdo discursivo (lógos). Como evidencia a etimologia grega, para além da associação que hoje evoca a relação entre livro e informação, esse controle remonta às origens da organização da informação e do conhecimento. Essa trajetória remete ao armazenamento de conteúdos (lógoi) em espaços de conservação (thékē), com vistas ao posterior acesso e recuperação, sendo orientada por normas e regras (nómos) e sustentada por estratégias de produção de registros escritos (-graphía), para, por exemplo, a elaboração de listas.

Essa breve incursão etimológica sobre determinadas práticas explicita que a relação do controle e organização de conteúdos para acesso e recuperação está vinculada à formação lexical de termos como “biblioteca” (bíblos + thékē), “bibliografia” (bíblos + graphía), “biblioteconomia” (bíblos + thékē + nómos) e “bibliologia” (bíblos + lógos). O advento do

Iluminismo (séculos XVII e XVIII) e do cientificismo (séculos XIX e XX) trouxe novos significados às práticas de controle da informação.

O espírito do tempo na Idade Moderna impulsionou a disciplinarização do conhecimento como estratégia para sua compreensão, controle e manipulação. A produção e o uso de tratados e manuais – convertidos em fontes para técnicas ou métodos – exemplificam a busca pela reprodução, replicação e aplicação do conhecimento sistematizado. O universalismo racional e empírico estabeleceu-se como modelo dominante no contexto ocidental. Nesse cenário, o acesso ao conhecimento, antes mais restrito, passou por um movimento pendular entre o humanismo e a especialização empírico-racional, algo perceptível, por exemplo, no papel desempenhado, respectivamente, pelas bibliotecas públicas e pelas bibliotecas especializadas e centros de documentação.

Como desdobramento da biblioteconomia e do movimento bibliográfico modernos, a documentação – concebida por Paul Otlet e Henri La Fontaine no início do século XX – foi instrumentalizada como uma espécie de tecnologia literária, cuja síntese se expressa na obra de Otlet *Traité de Documentation*, publicada em 1934. Nesse contexto, buscou exercer uma força mandatária, amparada por um discurso voltado à promoção da dialogicidade entre instituições parceiras, com o objetivo de internacionalizar o controle bibliográfico em todos os campos do saber, por meio de uma rede centralizada na Europa – o Mundaneum –, pretensamente capaz de articular associações de colaboradores espalhados pelos continentes.

Embora tenha se constituído como um projeto político mais amplo, voltado à promoção de uma cultura de paz, e apesar do fracasso do Mundaneum antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 – anterior à morte de La Fontaine, em 1943, e de Otlet, em 1944 –, a dimensão técnica da documentação disseminou-se por diversas regiões, mantendo-se, ao mesmo tempo, influente e marginalizada. Esse fenômeno deve-se, em grande medida, à sobreposição do discurso informacional promovido pelo mundo anglo-saxão que se fortaleceu no contexto do pós-guerra, marcado pela polarização da Guerra Fria entre as duas potências hegemônicas – os

Estados Unidos e a antiga União Soviética – e suas respectivas zonas de influência, redefinindo os contornos da ordem mundial.

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, a confluência entre fatores políticos, econômicos, tecnológicos e militares resultou, no âmbito acadêmico, na proposição da ciência da informação. A crescente necessidade de controlar a informação por meio de sistemas especializados e tecnológicos exigiu a criação de uma “ciência” interdisciplinar, atenta a contribuições multidisciplinares. Assim, além da biblioteconomia especializada e da documentação, integraram-se saberes provenientes de áreas como cibernética, matemática, ciëntometria, psicologia, linguística, ciência da computação, ciência cognitiva, entre outras.

A busca pelo controle da informação registrada é uma constante que atravessa as fases da “arte”, do “humanismo” e do “cientificismo”. Esse intento histórico de controle não apenas constituiu, como também segue orientando concepções que associam informação a registro. Na tradição da “arte” biblioteconômica ou bibliográfica, essa concepção está ligada ao b́blos que contém ĺgos; na biblioteconomia humanista, refere-se prioritariamente aos livros impressos, como demonstra o papel marcante da enciclopédia; no início da biblioteconomia especializada, direciona-se aos documentos bibliográficos, sobretudo com a emergência do periódico científico; e, na documentação, abrange os documentos em sentido amplo. Já na tradição da ciência da informação, a ênfase recai sobre a informação registrada em um suporte. Em todas essas abordagens, o registro torna-se passível de tratamento e processamento – seja em sua dimensão descritiva, seja em sua dimensão temática –, possibilitando seu acesso e recuperação em sistemas de informação.

A centralidade da noção de sistema de informação também se tornou uma característica distintiva. No século XX, a cibernética – sistematizada por Norbert Wiener e amplamente debatida e aprofundada nos Estados Unidos e na antiga União Soviética, como bem demonstrado nos estudos de Roberto Lopes dos Santos Junior –, influenciou a teoria matemática da informação, de Claude Shannon, além de fundamentar o início do desenvolvimento da computação e da inteligência artificial. Nesse contexto, a

ideia de sistema de informação foi fundante e se consolidou, dentre outras, na ciência da informação, onde a informação registrada, ou mensagem física, deveria ser transmitida de forma eficaz e eficiente. Inicialmente, os estudos concentraram-se na estrutura e no aperfeiçoamento dos próprios sistemas, para, em um segundo momento, incorporar à equação o papel dos usuários que acessavam e consumiam a informação processada profissionalmente nesses sistemas.

Embora a noção de aperfeiçoamento de sistemas, com a otimização do fluxo de informação, componha a tradição da ciência da informação e tenha passado por renovação – especialmente com a incorporação de novos interesses, como ciência de dados, big data, e-science, estudos métricos e investigações sobre o comportamento de dados e algoritmos em plataformas digitais –, de forma mais visível, ao menos nas últimas quatro décadas, o campo tem vivenciado uma “virada social e pragmática”, conforme demonstrado por Rafael Capurro. A partir desse cenário e incorporando a renovação tecnológica mencionada, os fundamentos da ciência da informação têm se expandido, estabelecendo conexões da informação com a filosofia e as ciências sociais, e ampliando seus horizontes, tanto no âmbito epistemológico quanto nos estudos éticos, políticos, históricos e econômicos, além do crescente interesse, nesse contexto, pela investigação do papel dos signos e da linguagem.

A contribuição de Almeida e Vitti-Rodrigues, e dos colaboradores, cujos textos compõem a obra *Estudos pluridisciplinares da informação*, é generosa e oportuna ao explicitar elementos da mencionada “virada social e pragmática” do campo. No livro são apresentados temas que demonstram a ampliação dos horizontes de investigação e registram o desenvolvimento da ciência da informação no Brasil, que tem se fortalecido na compreensão da área à luz de uma leitura particular. Essa força tem se construído não apenas no contexto da corrente principal (*mainstream*), conforme os “cânones” do Norte Global, mas também ao estabelecer uma reflexão crítica própria, sensível aos problemas do Sul Global, incluindo questões regionais e locais.

UM MOSAICO INTERPRETATIVO SOBRE A INFORMAÇÃO

No panorama interpretativo construído pelos autores sobre a compreensão da informação, sobressaem expressões ou temas como mediação e materialidade, pensamento complexo, visibilidade epistêmica, teoria crítica e epistemicídio, verdade, notícias falsas (*fake news*) e desinformação, mediação algorítmica, ética informacional, pragmática da leitura, teoria da interpretação, desclassificação e linguística decolonial. Abrangendo esse universo temático, o livro está estruturado em três partes: a primeira trata da relação entre “informação, ciência da informação e biblioteconomia”; a segunda aborda “informação, ética informacional e fake news”; e a terceira, dedica-se à “informação e linguagem”.

No primeiro capítulo, “Documento e informação: mediações entre inscrição e realidade”, Rodrigo Rabello examina a relação entre documento e informação, problematizando a mera inscrição em suporte como meio de representação da realidade. A complexidade envolvida em tal representação exige mediações que abarquem dimensões epistêmicas, políticas e éticas. Para exemplificar aspectos dessas mediações, o autor propõe três perspectivas a partir das quais a realidade pode ser abordada: como um “dado” (que “está aí”), como algo “próximo” (dependendo da interpretação), ou como algo “distante” (ou “não muito próximo”). A análise conta com a contribuição de pressupostos das disciplinas história e documentação, ampliando o debate sobre a materialidade da informação. A adoção das perspectivas relacionadas à materialidade, especialmente em contextos ou modos de institucionalidade, é apresentada como uma alternativa para as contigencialidades da representação da realidade.

No capítulo seguinte, intitulado “Sistemas, informação e complexidade: algumas questões em torno dos objetos e do pensamento na Biblioteconomia e Ciência da Informação”, Marivalde Moacir Francelin analisa as relações entre sistemas, informação e complexidade à luz dos pensamentos de Heidegger e Morin. O autor questiona os modelos tradicionais de interpretação da informação, destacando a necessidade de uma abordagem renovada que vá além da simplificação centrada no indivíduo e na perspectiva tecnocientífica. A pesquisa tece uma reflexão sobre

o papel central dos objetos-informação e das bibliotecas na construção do conhecimento. O estudo contribui ao refletir sobre as transformações da sociedade da informação, destacando a mudança para uma era de compartilhamento de objetos, propondo, ao final, uma reforma do pensamento e reconhecendo a informação como algo sempre existente em sistemas em (in)formação.

No terceiro capítulo, “Uma arqueologia do saber na ciência da informação: percurso intelectual do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp”, Augusto Júnior Macucule e Marta Lígia Pomim Valentim investigam a trajetória intelectual do PPGCI da Unesp, com ênfase na produção científica de seus docentes entre 1998 e 2021. A partir das abordagens teóricas de Foucault e Bachelard, os autores destacam a interrelação entre ensino e pesquisa e o impacto do Programa no cenário acadêmico nacional e internacional. O estudo revela, ademais, um crescimento substancial na produção de artigos, livros, teses e dissertações, como um reflexo do amadurecimento da área. A pesquisa contribui para a compreensão da consolidação da identidade da ciência da informação no Brasil, além de evidenciar a importância da formação de profissionais e pesquisadores no campo.

O capítulo que finaliza a primeira parte do livro, intitulado “Cartografias antiepistemicidas em biblioteconomia e ciência da informação desde África: epistemologia decolonial a partir da República Democrática do Congo”, de Gustavo Silva Saldanha, propõe uma análise crítica sobre a epistemologia da biblioteconomia e ciência da informação (BCI), destacando a contribuição africana na constituição do campo. A pesquisa, vinculada ao projeto “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação”, examina as repercussões da colonialidade na formação dos sistemas de conhecimento, com ênfase na tradição bibliográfica africana e no papel político e econômico da bibliografia. O autor critica os paradigmas epistemológicos dominantes, ressaltando a importância do pensamento decolonial e anti-epistemicida, e argumenta pela necessidade de uma epistemologia autônoma, com particular atenção às experiências do Congo e suas implicações para a construção de BCI.

Essa primeira parte, dedicada aos estudos sobre “informação, ciência da informação e biblioteconomia”, ilustra a ampliação dos horizontes de investigação ao considerar o pensamento complexo que incide sobre sistemas e, para além deles, sobre dimensões epistêmicas, éticas e políticas da informação. Com base em uma pesquisa conduzida em um reconhecido programa de pós-graduação brasileiro em ciência da informação, essa seção também explora a visibilidade epistêmica da área em um país de economia emergente e pertencente ao Sul Global, abordando, além disso, as assimetrias e os aspectos histórico-críticos do epistemicídio em relação ao conhecimento produzido em África. Essa discussão prepara o terreno para a próxima parte, dedicada à “informação, ética informacional e fake news”.

A segunda parte do livro tem início com o quinto capítulo, intitulado “Perspectivas etimológicas sobre a verdade e suas relações com as fake news”. Nele, Maria Livia Pachêco de Oliveira analisa como as transformações nas tecnologias de informação e comunicação, aliadas à ampliação das redes de relacionamento, afetam os fenômenos informacionais. Embora a circulação de notícias falsas seja um processo historicamente documentado, o cenário atual potencializa sua difusão e influência. O capítulo examina as concepções etimológicas da verdade, evidenciando como seus fundamentos são mobilizados na construção das fake news, conferindo-lhes aparente legitimidade. A pesquisa aponta para a urgência da construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento da competência informacional e do pensamento crítico como formas de mitigação da desinformação.

No capítulo seguinte, intitulado “O cenário de disrupção na esfera pública mediada por sistemas automatizados: desinformação e erosão da confiança”, Renata Mielli e Vinícius Romanini analisam as transformações do debate público sob a mediação algorítmica das plataformas digitais. Os autores adotam uma abordagem semiótica e sociológica para investigar de que modo os algoritmos de aprendizagem de máquina modulam a distribuição de conteúdos e intensificam discursos morais e emocionais, influenciando a construção de crenças. O texto demonstra que a microsegmentação informacional intensifica a desinformação, re-

configura relações de poder e compromete a confiança pública. Diante desse cenário, os autores defendem políticas regulatórias e estratégias de governança para mitigar a fragmentação discursiva e os impactos adversos da manipulação algorítmica.

O sétimo e último capítulo da segunda parte, intitulado “Um convite à ética informacional”, propõe uma reflexão crítica sobre os desafios éticos emergentes na sociedade digital. João Antonio de Moraes e Rafael Rodrigues Testa analisam a ascensão da sociedade da informação e os desdobramentos da mediação tecnológica nas relações sociais, explicitando como a digitalização reconfigura o acesso ao conhecimento, o trabalho, a educação e a cidadania. Ao examinar a influência dos algoritmos na circulação da informação, os autores demonstram como essas dinâmicas afetam a esfera pública e a autonomia dos indivíduos. O capítulo contextualiza a ética informacional e apresenta algumas questões centrais desse campo – como é o caso da censura, privacidade informacional, governança na Internet, dentre outras –, buscando sensibilizar leitores e leitoras para os dilemas que emergem da crescente dependência tecnológica.

A segunda parte do livro, conforme observado, é provocativa e resgata questões que precisam ser enfrentadas. Diante do uso instrumentalizado da noção de verdade para distorcê-la, é necessário desenvolver estratégias que promovam a educação e competências críticas em informação. Além disso, a construção de políticas regulatórias torna-se fundamental para enfrentar o poder da mediação algorítmica das plataformas digitais, especialmente as privadas, que têm grande influência na esfera pública. Esses efeitos geram implicações que vão além dos novos modos de circulação e acesso à informação, alcançando também as práticas dos indivíduos em diferentes formas de sociabilidade. Isso é visível não apenas no caráter emancipador das tecnologias, mas também no seu potencial de aprisionamento de subjetividades, como ilustrado pelo crescimento do vício em dispositivos móveis e redes sociais. Nesse contexto, a terceira parte – dedicada à “informação e linguagem” – apresenta nuances complementares a essas questões.

No oitavo capítulo – “Processamento da informação e pragmática da leitura da ficção: imaginação, habituação, afeto” –, Pedro Ramos Dolabela Chagas examina os processos cognitivos e afetivos que sustentam a experiência leitora, enfatizando a interação entre informação, construção ficcional e envolvimento do leitor. A análise considera a dualidade da informação na leitura literária: como unidade distintiva no fluxo narrativo e como mecanismo de redução de incertezas interpretativas. O autor discute a formação de mundos possíveis na ficção e o papel da familiaridade na assimilação dos elementos narrativos, destacando a maneira como os efeitos textuais orientam a cognição e a afetividade do leitor. O estudo oferece uma alternativa para se aprofundar a compreensão dos processos mentais que estruturam a recepção da literatura e sua função na experiência humana da narrativa.

O capítulo seguinte, “Teoria da interpretação: percurso entre a expressão e o conteúdo”, de Alexandre Robson Martines, explora a interação entre linguagem, informação e interpretação, destacando a forma como a linguagem materializa a informação e estrutura o processo interpretativo. O autor analisa as camadas semânticas e linguísticas que formam o enunciado, ressaltando o papel da linguagem na ativação de conceitos e na construção do conhecimento. A pesquisa busca fundamentar uma teoria da interpretação, considerando as diferenças entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. Martines também evidencia como os signos linguísticos são instrumentos de significação, ativando a cognição e permitindo que a informação seja compreendida, ao mesmo tempo que discute os riscos de manipulação discursiva e a importância de critérios de verificação para garantir a legitimidade da informação na construção de um discurso democrático.

No capítulo final do livro, intitulado “Desclassificação e linguística decolonial: instrumentos e territórios possíveis contra a colonialidade informacional”, Marco Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso aprofundam o exame das disputas em torno da linguagem e de sua instrumentalização na imposição de normas comunicativas. Articulando aportes da ciência da informação, da linguística e da teoria decolonial, os autores

investigam como dispositivos linguísticos têm sido mobilizados para a manutenção de relações coloniais em contextos de controle e silenciamento. A partir de conceitos como “mundo da vida” e “ação comunicativa”, propostos por Jürgen Habermas, a análise enfatiza estratégias de resistência linguística presentes em comunidades identitárias, com destaque para o movimento LGBTQIAPN+. Ao defender a legitimidade de expressões como a linguagem neutra, o estudo contribui com caminhos teóricos e políticos para a reconstrução de espaços classificatórios que acolham a pluralidade dos sujeitos e saberes.

Enfim, na terceira e última parte do livro, são exploradas as camadas da materialidade que envolvem “informação e linguagem”. Inicialmente, abordam-se os efeitos cognitivos e afetivos sobre o leitor, com ênfase na experiência da leitura do texto ficcional. Em seguida, a articulação de uma teoria da interpretação – fundamentada em bases epistemológicas e técnico-linguísticas – expande, por exemplo, aspectos de aportes teóricos de Bernd Frohmann no campo da ciência da informação. Essas análises contribuem para a compreensão da estruturação de discursos e enunciados, demonstrando que a linguagem não apenas expressa, mas materializa a informação. Tais perspectivas introduzem mecanismos cognitivos e lógicos que podem ser mobilizados nas relações de poder no âmbito, por exemplo, das linguagens documentárias, reforçando a urgência de uma revisão crítica dos sistemas classificatórios tradicionais e da construção de linguagens decoloniais.

Para além dos tradicionais interstícios destinados ao controle da informação, a presente publicação oferece exemplares oportunos para representar a “virada social e pragmática” da ciência da informação no contexto brasileiro e, conseqüentemente, de um recorte do cenário latino-americano. A obra compõe um mosaico interpretativo sobre a informação, explorando múltiplos matizes e abordagens.

A informação, enquanto artefato líquido – para usar uma alegoria de Zygmunt Bauman, recentemente investigada por Richele Grengo Vignoli –, reflete, em sua própria etimologia, a metáfora da realidade em movimento. Trata-se de algo que escapa, escoando pelos dedos do

pesquisador, exigindo a constante atualização de instrumentos e aportes teóricos não apenas para sua compreensão, controle e manipulação – dentro de uma teleologia voltada ao aperfeiçoamento e funcionamento dos sistemas de informação –, mas, sobretudo, para situá-la na posição condizente à sua complexidade.

A obra organizada por Carlos Cândido de Almeida e Mariana Vitti-Rodrigues convida os leitores a um espaço pluridisciplinar de reflexão, mobilizando estudos que permitem vislumbrar a amplitude de perspectivas que ilustram e problematizam os desafios e potencialidades da informação na contemporaneidade.

Brasília, 5 de abril de 2025.

*Dr. Rodrigo RABELLO
Faculdade de Ciência da Informação
Universidade de Brasília*